



Bruxelas, 25 de novembro de 2016

## **Documento de consulta**

### **REVISÃO DO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS PARA A CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DOS AUXÍLIOS ESTATAIS**

Esta consulta pretende obter os pontos de vista dos **Estados-Membros** e dos **interessados** sobre a aplicação da **Comunicação da Comissão** relativa a um Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais<sup>1</sup> («Código»).

As respostas irão contribuir para a revisão referida no ponto 57 do Código.

Todos os cidadãos e organizações são convidados a participar nesta consulta. Revestem especial interesse as contribuições de: Estados-Membros e partes interessadas em procedimentos em matéria de auxílios estatais, incluindo autoridades nacionais, regionais e locais, tribunais, tribunais de contas, beneficiários de auxílios, autores de denúncias, associações comerciais e empresariais, a comunidade jurídica e empresarial, etc.

A Comissão convida os Estados-Membros e os interessados a apresentarem as suas respostas, de preferência por correio eletrónico, à Direção-Geral da Concorrência («DG COMP») até **25 de fevereiro de 2017**.

## **1. INTRODUÇÃO**

Em 16 de junho de 2009, a Comissão adotou o Código, que dá orientações sobre a condução corrente dos procedimentos em matéria de auxílios estatais. A este respeito, incentiva a utilização de contactos prévios à notificação e estabelece um enquadramento para racionalizar o intercâmbio de informações entre a Comissão e os Estados-Membros.

O Código entrou em vigor em 1 de setembro de 2009.

Na sequência da revisão do Regulamento processual<sup>2</sup> no contexto do processo de modernização dos auxílios estatais, é necessário rever o Código para refletir as novas

<sup>1</sup> JO C 136 de 16.6.2009, p. 13-20.

<sup>2</sup> Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do

disposições. Esta consulta visa, por conseguinte, recolher os pontos de vista dos Estados-Membros e dos interessados sobre a aplicação do Código durante os últimos sete anos.

## **2. COMO RESPONDER À CONSULTA**

Os Estados-Membros e os interessados são convidados a responder ao questionário infra.

As respostas podem ser apresentadas em qualquer língua oficial da UE. No entanto, convidamo-lo a apresentar a sua resposta ao questionário numa das línguas de trabalho da Comissão (inglês, francês ou alemão), de modo a evitar possíveis atrasos devidos à tradução e a acelerar o tratamento das respostas.

As perguntas encontram-se organizadas por temas. Sempre que considere que uma pergunta não se aplica ao seu caso, queira responder «não aplicável».

O prazo para a apresentação da sua resposta é **25 de fevereiro de 2017**. Não se garante que serão tidas em conta respostas recebidas após o termo do prazo.

A sua resposta deverá ser enviada, com a referência «**HT 4816**», de preferência por correio eletrónico, para:

[COMP-03-PUBLIC-CONSULTATION@ec.europa.eu](mailto:COMP-03-PUBLIC-CONSULTATION@ec.europa.eu)

Pode também, em alternativa, enviar a sua resposta para o seguinte endereço:

Comissão Europeia

Direção-Geral da Concorrência

À atenção do Registo dos Auxílios Estatais

1049 Bruxelles

BELGIQUE

## IDENTIFICAÇÃO

### DECLARAÇÃO ESPECÍFICA DE PRIVACIDADE

Informa-se que a Comissão tenciona publicar em linha as respostas ao presente questionário no sítio: <http://ec.europa.eu/competition/consultations/open.html>.

Por conseguinte, caso não deseje que a sua identidade e/ou as suas respostas, ou parte delas, sejam publicadas, deve indicá-lo infra de forma clara.

Para mais informações sobre a política de proteção de dados da UE, queira consultar:

[http://ec.europa.eu/geninfo/legal\\_notices\\_pt.htm#personaldata](http://ec.europa.eu/geninfo/legal_notices_pt.htm#personaldata)

Indique os seus dados de contacto.

*Nome*

*Organização representada*

*Principais atividades  
empresariais*

*Localização (país)*

*Endereço eletrónico:*


Por motivos de transparência, as organizações que desejem fazer observações no contexto de consultas públicas devem facultar à Comissão e ao público em geral informações sobre os interesses que representam, inscrevendo-se no Registo de Transparência e subscrevendo o respetivo código de conduta. Se uma organização decidir não apresentar estas informações, é política da Comissão inscrever a respetiva contribuição na lista das respostas individuais. (Ver regras aplicáveis às consultas [COM(2002) 704; Orientações para legislar melhor], ver documento SWD(2015) 111 final e Comunicação sobre o seguimento do Livro Verde «Iniciativa Europeia em matéria de Transparência», ver COM(2007) 127).

As organizações registadas devem indicar no questionário em linha o respetivo número de identificação no Registo de Transparência. A sua resposta será então considerada representativa da opinião da organização.

As organizações não registadas podem inscrever-se aqui e voltar em seguida a esta página, continuar a responder ao questionário e enviar o seu contributo na qualidade de organização registada.

***É importante ler a declaração de privacidade específica que consta em anexo ao aviso da presente consulta pública para ficar a saber como serão utilizados os seus dados pessoais e as suas respostas.***

Organizações registadas: Indique aqui o seu número de identificação

Escolha uma das seguintes opções para a utilização a dar às suas respostas:

As minhas/nossas respostas:

☐ Podem ser publicadas diretamente com os meus dados pessoais/os dados da organização (autorizo a publicação de todas as informações constantes das minhas respostas, na íntegra ou parcialmente, incluindo o meu nome/o nome da minha organização, e declaro que nada na minha resposta é ilegal nem viola os direitos de terceiros de uma forma que possa impedir a sua publicação).

☐ Podem ser publicadas diretamente, desde que a minha identificação/a da minha organização permaneçam anónimas (aceito a publicação de todas as informações constantes das minhas respostas, na íntegra ou parcialmente – incluindo citações ou opiniões por mim expressas – desde que permaneçam anónimas). Declaro que nada nas minhas respostas é ilegal nem viola os direitos de terceiros de uma forma que possa impedir a sua publicação.

☐ Não podem ser publicadas diretamente, mas podem ser incluídas em informações estatísticas (compreendo que as minhas respostas não serão publicadas diretamente, mas que os dados por mim fornecidos e tornados anónimos possam ser incluídos em publicações estatísticas, por exemplo para mostrar tendências gerais nas respostas à presente consulta). [Nota: as suas respostas podem ser objeto de um pedido de acesso do público aos documentos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1049/2001].

***NOTA: Deve seguir a ordem das perguntas, embora não seja obrigado a responder a todas elas. Queira responder «não aplicável» às perguntas que não relevam para o seu caso. Pode igualmente apresentar informações suplementares que considere relevantes.***

## **SECÇÃO A: ASPETOS GERAIS**

1. Já utilizou o Código?
2. Segundo a sua experiência, quais são os principais efeitos positivos do Código e quais foram os fatores subjacentes ao seu sucesso?  
Queira apresentar exemplos específicos.
3. Segundo a sua experiência, quais são os principais efeitos negativos do Código?  
Queira apresentar exemplos específicos.
4. Teve dificuldades com algum dos procedimentos previstos no Código?  
Em caso afirmativo, queira explicar que dificuldades teve.

## **SECÇÃO B: UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS**

### **1. ASPETOS GERAIS**

5. Que partes do Código considerou úteis?
6. Que partes do Código não considerou úteis?
7. Desde que entrou em vigor, em 2009, o Código teve um impacto positivo na condução dos procedimentos em matéria de auxílios estatais por parte da Comissão?  
Queira apresentar exemplos.
8. Segundo a sua experiência, o Código melhora a previsibilidade dos procedimentos em matéria de auxílios estatais?  
Queira apresentar exemplos específicos.
9. Qual foi o procedimento em que encontrou menos dificuldades, e que ensinamentos pode retirar desse exemplo?

### **2. CONTACTOS PRÉVIOS À NOTIFICAÇÃO**

10. Queira indicar quantos contactos prévios à notificação teve com a Comissão desde 2009.
11. Teve dificuldades em estabelecer contactos prévios à notificação?  
Em caso afirmativo, queira explicar a natureza dessas dificuldades.
12. Regra geral, os contactos prévios à notificação revelaram-se úteis?  
Em caso afirmativo, queira explicar por que razão.
13. Em quantos processos é que a Comissão estabeleceu um primeiro contacto dentro do prazo indicativo de duas semanas após a receção do projeto de formulário de notificação?

14. Quanto tempo duraram os contactos prévios à notificação? Tiveram um impacto positivo na duração total dos procedimentos em matéria de auxílios estatais?
15. Houve alguma diferença na duração de determinadas categorias de processos (por exemplo, instrumentos de auxílios novos, setores específicos, montantes elevados de auxílio, etc.)?
16. O beneficiário do auxílio esteve envolvido nos contactos prévios à notificação? Esse envolvimento foi útil?

### **3. ANÁLISE PRELIMINAR**

17. Desde 2009, em quantos processos é que a Comissão lhe enviou um pedido global de informações no prazo de 4 a 6 semanas a contar da notificação?  
Queira também indicar o número total de processos notificados.
18. Em quantos processos é que a Comissão formulou novas perguntas, após a sua resposta ao pedido de informações inicial?
19. Foi difícil responder às perguntas formuladas pela Comissão?  
Em caso afirmativo, queira apresentar exemplos de um processo em que essa resposta tenha sido especialmente difícil.
20. As informações prestadas pela Comissão sobre o estado da análise preliminar em curso foram suficientes?

### **4. PROCEDIMENTO FORMAL DE INVESTIGAÇÃO**

21. Teve dificuldades no tratamento das questões de confidencialidade para a publicação da presente decisão?  
Em caso afirmativo, queira apresentar exemplos específicos.
22. De acordo com o Código, a Comissão tenciona adotar uma decisão final no prazo de 4 meses a contar da apresentação das informações mais recentes. Considera este prazo adequado?

### **5. PLANEAMENTO POR MÚTUO ACORDO**

23. Requereu algum planeamento por mútuo acordo desde 2009? Em quantos processos é que celebrou com a Comissão um planeamento por mútuo acordo?
24. Caso nunca tenha utilizado este procedimento, queira indicar os motivos para não requerer a sua aplicação.
25. Caso tenha sido celebrado um planeamento por mútuo acordo, considera que o procedimento foi útil?  
Caso não tenha sido útil, queira indicar o que poderia ter tornado o procedimento mais útil.
26. A Comissão e os Estados-Membros respeitaram o prazo estabelecido no planeamento por mútuo acordo? Surgiram dificuldades no cumprimento do planeamento por mútuo acordo?

Queira apresentar exemplos específicos.

27. Considera que o planeamento por mútuo acordo devia ser reservado para tipos específicos de processos (por exemplo, processos novos, tecnicamente complexos ou sensíveis)? Ou devia estar disponível para outros processos?

28. Tem sugestões sobre a forma de melhorar o planeamento por mútuo acordo?

## **6. DENÚNCIAS**

29. Apresentou alguma denúncia ou foi alvo de alguma denúncia apresentada à DG COMP? Em quantas denúncias esteve envolvido desde 2009?

30. Segundo a sua experiência, considera que a Comissão trata geralmente as denúncias dentro do prazo indicativo de 12 meses?

31. Foi informado pela Comissão sobre o estado da sua denúncia?  
Em caso afirmativo, como se processou essa comunicação?

32. Recebeu um pedido de informações por parte da Comissão no âmbito de uma investigação?  
Em caso afirmativo, teve dificuldades em responder ao pedido da Comissão?  
Em caso afirmativo, queira apresentar exemplos específicos.

33. Tem alguma recomendação sobre a forma de melhorar a comunicação entre a Comissão e as partes na denúncia durante a tramitação do processo? Queira apresentar sugestões específicas ou exemplos de processos em que considere que esta comunicação foi efetuada de forma adequada.

## **7. REGIME LINGÜÍSTICO (DISPENSA DE TRADUÇÃO)**

34. Desde 2009, em quantos processos utilizou uma das línguas de trabalho da Comissão (inglês, francês ou alemão) nos seus contactos com a Comissão?

35. Aceitaria requerer uma dispensa de tradução de modo a melhorar a celeridade do procedimento?

## **SECÇÃO C: NOVOS TEMAS A CONSIDERAR NO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS**

## **8. ASPETOS GERAIS**

36. Em 2013, o Regulamento processual relativo aos auxílios estatais<sup>3</sup> foi alterado. Em consequência, foram introduzidos vários novos elementos, tais como o novo formulário de denúncia e a possibilidade de a Comissão aplicar coimas pela falta de resposta a pedidos de informação sobre o mercado. Esta alteração foi parte da ampla modernização dos auxílios estatais, que atribui mais responsabilidades aos Estados-

<sup>3</sup> Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JO L 248 de 24.9.2015, p. 9, que substitui o Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, de 22 de março de 1999, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JO L 83 de 27.3.1999, p.1.

Membros na conceção e aplicação de medidas de apoio, racionalizando e atualizando, ao mesmo tempo, o enquadramento das regras em matéria de auxílios estatais.

Na sequência da revisão do Regulamento processual e do processo de modernização dos auxílios estatais, que alterações podem ser efetuadas para melhorar a utilidade do Código?

Queira explicar as razões.

## **9. INQUÉRITOS SETORIAIS E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO**

37. O Regulamento processual prevê a possibilidade de a Comissão realizar um inquérito em todos os Estados-Membros num setor económico ou sobre a utilização de instrumentos de auxílio. Considera útil dar orientações sobre estes inquéritos no Código?

38. O Regulamento processual prevê a possibilidade de a Comissão formular perguntas às empresas na sequência do procedimento formal de investigação. Considera útil dar orientações sobre estas investigações de mercado no Código?

## **10. COORDENAÇÃO ACRESCIDA**

39. Para acompanhar a modernização dos auxílios estatais e permitir os contactos com os Estados-Membros, a DG Concorrência criou uma rede de pontos de contacto nacionais. O Código devia fazer referência a essa rede e explicar o seu papel?

40. Tem sugestões sobre a forma de melhorar a cooperação entre a DG COMP e a rede de pontos de contacto nacionais?

41. O Código devia referir e explicar a abordagem de carteira para a tramitação dos processos? Por exemplo, o processo através do qual os Estados-Membros e a Comissão chegam a acordo sobre um procedimento para a resolução em tempo útil de um grupo de processos, retirando possivelmente prioridade a outros processos?

## **11. PARCERIA COM OS ESTADOS-MEMBROS PARA A MODERNIZAÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTATAIS**

42. Para acompanhar a modernização dos auxílios estatais e permitir a sua adoção a nível nacional, a Comissão promoveu uma parceria reforçada com os Estados-Membros. De que forma considera que o Código poderia refletir as práticas dessa parceria?

## **12. MONITORIZAÇÃO**

43. Na sequência da revisão das regras em matéria de auxílios estatais no contexto do processo de modernização dos auxílios estatais, os Estados-Membros aplicaram um número significativo de medidas ao abrigo do Regulamento geral de isenção por categoria, medidas essas que foram monitorizadas *a posteriori* pela Comissão. Considera que seria útil fazer referência, no Código, à monitorização e aos seus objetivos?

Queira explicar as razões.



## **SECÇÃO D: DIVERSOS**

44. Quer formular outras observações ou apresentar outros documentos sobre a aplicação do Código?

Queira apresentar-nos uma cópia desses documentos.

45. Autoriza os serviços da Comissão a contactá-lo, se necessário, para obter mais informações sobre as respostas apresentadas?

Sim    Não

**OBRIGADO POR TER RESPONDIDO A ESTE QUESTIONÁRIO!**